

Administração pública ainda com desempenho ambiental insuficiente

Embora haja já bons exemplos, a administração pública ainda tem um longo caminho pela frente no que toca à melhoria do seu desempenho ambiental. O envolvimento dos dirigentes é fundamental para o sucesso das medidas a adoptar.

Pela dimensão que têm no desenvolvimento dos Estados, os governos e as administrações públicas desempenham um papel fulcral no que toca ao consumo de bens. Só na Europa, as autoridades públicas gastam anualmente mais de dois biliões de euros (aproximadamente 16 por cento do PIB da União Europeia), pelo que têm um enorme poder para influenciar o binómio produção-consumo. Por exemplo, as autoridades públicas da União Europeia adquirem, anualmente, 2,8 milhões de computadores. Se o mercado europeu evoluísse no sentido da produção de computadores pessoais ligeiramente mais eficientes, seria possível reduzir em oito milhões de toneladas as emissões de CO₂, ou seja, o equivalente às emissões de cerca de um milhão de pessoas. Já a colocação de torneiras eficientes nos edifícios permitiria uma poupança de 200 milhões de toneladas de água. Os bons exemplos sucedem-se já um pouco por toda a Europa (ver caixa).

E em Portugal, tem a administração pública, enquanto estrutura encarregue da prossecução do interesse público, promovido a adopção de comportamentos ambientalmente correctos? «Nota-se uma preocupação da parte das entidades públicas com as questões ambientais, mas na prática ainda está pouco a ser feito», refere Margarida Martins, do Instituto Nacional de Administração (INA), e autora de livros relacionados com esta temática. Mesmo assim, já começam a surgir vários exemplos que se destacam pela positiva. É o caso da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que lançou a iniciativa “Mais Ambiente”, tendo em vista a melhoria efectiva do seu desempenho ambiental e procurando dar um contributo para uma melhoria no contexto da Administração Pública. A acção pretende envolver também os parceiros locais, nacionais e regionais, como as autarquias, entidades da administração central ou associações. A eficiência ambiental na administração pública é, de resto, um importante desígnio da “Estratégia Lisboa 2020”, reforçada também na proposta de alteração do Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa em curso, e que preconiza a dimi-



Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo lançou a iniciativa “Mais Ambiente” tendo em vista melhorar a sua performance ambiental

nuição da energia consumida nos edifícios residenciais e de escritórios em 30 por cento, até 2020.

O INA, instituto público que visa contribuir para a modernização da administração pública e para a actualização dos seus funcionários, é outra das entidades que tem levado a cabo acções tendo em vista a melhoria do desempenho ambiental. A título de exemplo, vai promover, em Oeiras, nos dias 8 e 9 de Abril, uma formação sobre “Gestão Sustentável de Resíduos na Administração Pública”. Mas o instituto tem estado ligado a outras iniciativas, tendo sido responsável pela publicação da obra *INA Verde – Diagnóstico dos processos de separação e recolha selectiva de resíduos consumíveis*, na qual é feito um diagnóstico de avaliação das práticas do INA ao nível da separação dos resíduos consumíveis e ao seu encaminhamento para reciclagem.

O estudo, publicado no ano transacto, com base num questionário realizado aos seus colaboradores, dá conta que 62 por cento (dos 74 questionários validados) declararam efectuar a separação de resíduos em contexto laboral, contra 24 por cento que responderam não ter essa prática. O principal motivo invocado por estes últimos prendeu-se com o facto de terem notado que o pessoal da limpeza, quando esvaziava os pequenos ecopontos distribuídos pelos corredores do INA, colocava os diferentes tipos de resíduos indiferenciadamente no mesmo saco. Relativamente à redacção dos consumos, 69 por cento dos trabalhadores que responderam ao inquérito afirmaram ter esse hábito e 62 por cento acrescentou fazê-lo por iniciativa própria. A publicação alerta ainda para a situação paradoxal que releva do facto da administração pública, a quem compete a aplicação da legislação e dos programas governamentais, no âmbito da gestão ambiental, «continuar a apresentar baixíssimos índices de desempenho nessa matéria, designadamente no que concerne à gestão de resíduos sólidos urbanos». Esta é uma situação mais evidente no caso da administração pública central,

havendo um maior envolvimento da parte das autarquias locais.

Luis Nogueiro, autor da tese de mestrado “Práticas de gestão ambiental na administração pública local”, conclui que terão de ser adoptadas novas práticas e políticas públicas, para que se inverta a tendência actual «que demonstra um fraco desempenho ambiental das organizações públicas». A falta de conhecimentos teórico-práticos é um dos obstáculos. «Há municípios que não dispõem de qualquer estrutura responsável exclusivamente pelas questões ambientais, cabendo a outros sectores essa função, o que leva a que os profissionais de outras áreas, menos sensibilizados ou preparados tecnicamente, tenham que tratar dos temas da área de ambiente», exemplifica o estudante da Faculdade de Ciência e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa.

Por outro lado, Luis Nogueiro considera que, para que um município tenha um bom desempenho ambiental, a iniciativa terá de partir do decisor de topo, através do compromisso assumido publicamente pelo executivo. Esta é também uma ideia defendida por Margarida Martins, que sublinha que para que possa haver resultados «é necessário o envolvimento de todas as pessoas, incluindo dos dirigentes».

O livro *Serviço Público Ético*, no qual Margarida Martins participou como autora, à semelhança do que sucedeu no *INA Verde*, revela que o envolvimento dos dirigentes na mudança de comportamentos dos funcionários em matéria de separação de resíduos é muito fraco. A publicação, de 2008, dá ainda conta que existe um hábito de separação de resíduos mais pronunciado nos lares dos funcionários do que nos seus locais de trabalho. Só em cerca de metade dos organismos existem pontos de separação; e que a consciência ambiental é o principal motivo para o exercício de uma prática de separação de resíduos no local de trabalho, revela a obra.

Tânia Nascimento

Bons exemplos

- Em Berlim (Alemanha), nos concursos para renovação dos edifícios públicos, é exigida uma redução média das emissões de CO₂ em 26 por cento.
- Se todas as autoridades públicas utilizassem “electricidade verde”, 18 por cento dos compromissos de Quioto da União Europeia (UE) poderiam ser cumpridos.
- O Ministério do Ambiente da Alemanha e o Ministério da Agricultura, Florestas, Ambiente e Gestão da Água da Áustria compram 100 por cento de electricidade proveniente de energias renováveis.